

## Geraldo Sem Pavor, fronteira e operações “irregulares” no século XII

Tenente-coronel  
Carlos Filipe Afonso



Geraldo Geraldes, o *Sem Pavor*, foi protagonista de uma década de ação guerreira intensa, entre 1165 e 1175, tendo estado no epicentro da atividade militar no Ocidente Peninsular e no Norte de África. Caudilho de fronteira, apoderou-se de castelos e fortalezas numa vasta área compreendida entre Évora, Serpa, Trujillo e Montánchez, organizou guarnições nos espaços controlados, transacionou territórios, empenhou vastas hostes muçulmanas e cristãs contra si, e negociou com os monarcas de Portugal, Leão e Marraquexe. Em 1173, ofereceu os seus serviços ao califa Abu Yaqub Yusuf e tomou parte em operações ofensivas almóadas contra a cristandade. Atravessou, depois, o Estreito e foi governador do vale do Sus, no Magrebe. Em 1175, depois de descoberta correspondência secreta que mantinha com o rei Afonso Henriques de Portugal, foi condenado à morte e degolado.

Mestre em operações irregulares? Com efeito, os seus sucessos militares ficaram registados nas fontes coevas, fazem parte do ideário conquistador da Évora cristã e têm sido glosados pela historiografia, quer pelo seu caráter de excecionalidade quer pelos métodos utilizados que, considerando as convenções guerreiras veiculadas por uma medievalidade mais tardia, nos surgem como pouco ortodoxos e singulares.

Do ponto de vista da informação contida em documentos medievais, Geraldo é um caso

raríssimo no espaço que viria a ser Portugal. Não provindo de ascendência nobre, figura em pelo menos oito fontes, quatro cristãs e quatro muçulmanas, proporcionando-nos uma visão bem abrangente. No lado cristão, duas fontes analísticas: os Anais de Santa Cruz de Coimbra I e II<sup>1</sup>, a hagiografia de D. Telo, um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>2</sup> e a Crónica Latina dos reis de Castela, que narra os acontecimentos dos reinados de Afonso VIII, Enrique I e Fernando III, entre 1158 e 1236, abarcando assim o chamado “infortúnio de Badajoz” e o protagonismo militar de Geraldo<sup>3</sup>. No lado muçulmano é profusamente descrito por Ibn Sahib al-Salah, cronista originário de Beja, que vivenciou muitos dos acontecimentos narrados, tendo um dos seus irmãos sido aprisionado por Geraldo<sup>4</sup>; por Abu Bakr b. Ali al-Baidaq, biógrafo do califa almóada Abu Yaqub Yusuf<sup>5</sup>; por Ibn Idari al-Marrakushi, autor de uma completa história do Magrebe que compila, no século XIV, muitas fontes mais antigas, entretanto perdidas<sup>6</sup>; e ainda por al-Himyari, na sua obra geográfica<sup>7</sup>.

## ***O quadro geopolítico***

Depois da morte de Afonso VII, em 1157, e a divisão do reino pelos filhos do imperador, com Leão, para Fernando II, e Castela, para Sancho III, gerou-se um problema geopolítico de consequências trágicas para o leonês. A autonomia de Portugal era já um facto e, de potência hegemónica, o reino de Leão transformara-se num estado encravado, que usava o centro de gravidade de Compostela para se afirmar no quadro da cristandade, mas que se via obrigado, ao longo dos 70 anos da sua existência, a estabelecer mais tempo de tréguas com os muçulmanos do que a conduzir Guerra Santa<sup>8</sup>.

Apesar do entendimento de Sahagún, em 1158, entre os reis de Castela e Leão, que negava ostensivamente a existência de Portugal, a verdade é que o espaço de expansão leonês foi sempre disputado quer por Castela, a Leste, quer por Portugal, a Oeste. O interesse de Afonso Henriques pela região a sul do Tejo tornou-se evidente a partir de 1151, com a primeira tentativa de conquista de Alcácer do Sal, repetida em 1157 e concretizada em 1159, após um cerco de dois meses, com o auxílio de cruzados<sup>9</sup>. A intenção régia de ocupar essa faixa foi demonstrada de novo um pouco mais tarde, com a ocupação e reconstrução do castelo de Coruche, em 1166.

Geraldo surge nesta altura, constituindo-se como uma peça fundamental num xadrez em que para o Império Almóada, era importante conservar Badajoz, uma vez que aquela cidade materializava a marca mais ocidental e mais a norte que controlava, servindo tanto de tampão face aos avanços cristãos, como de base de operações para expansão; para o reino de Leão, manter a cidade afastada de mãos portuguesas era determinante, caso contrário o espaço natural de expansão para sul ficaria completamente bloqueado; para o reino de Portugal, conquistar a cidade era relevante, porque conjurava o perigo leonês e contribuía para consolidar o reino, junto da Santa Sé, como condutor de Guerra Santa para a cristandade.

## ***Fronteira no Ocidente na segunda metade do século XII***

A fronteira entre os mundos cristão e muçulmano era um espaço vasto, que se mantinha durante algumas gerações, até que o dinamismo conquistador de um dos lados ocupava e consolidava território, deslocando essa faixa para uma outra área. Quando Afonso Henriques protagonizou a secessão face ao reino de Leão, em 1128, a fronteira do Portucale com o mundo islâmico era todo o território entre o Mondego e o Tejo. Depois da conquista de Santarém e Lisboa, em 1147, a faixa de fronteira deslocou-se para sul, passando a abranger toda a área entre o Tejo, o Algarve e o Guadiana, ou seja, correspondente aos atuais Alentejo e Estremadura Espanhola. Encravada durante muito tempo entre os poderes cristão e muçulmano, a região conheceu formas de autonomia muito acentuadas<sup>10</sup>.



Mapa 1 - Esforço almóada pelo controlo do al-Andalus, na segunda metade do século XII. MONSALVO ANTÓN, José María.

*Atlas Histórico de la España Medieval*. Madrid: Editorial Síntesis, 2010, p. 129.

Entre o século IX e o século XI, predominaram neste espaço as operações militares sem motivação conquistadora. Mas na segunda metade do século XII, a configuração e expansão dos reinos cristãos de Portugal, Leão e Castela, especialmente depois da morte

de Afonso VII, em 1157, transformou o atual Alentejo e a Estremadura Espanhola em zona de disputa territorial e de influência dos três reinos. Ao mesmo tempo continuava a ser espaço de passagem das incursões das milícias cristãs às produtivas comarcas do vale do Guadalquivir e, em sentido inverso, às cavalgadas muçulmanas com origem em Sevilha, rumo ao Norte. Era também um espaço de generalizadas duvidosas transações comerciais, situação que levou o Terceiro Concílio de Latrão, de 1179, a punir os cristãos que, por ambição, vendiam armas e equipamento militar aos muçulmanos<sup>11</sup>.

A principal característica de um território de fronteira era o escasso controlo que os poderes centrais conseguiam exercer sobre ele. Do lado cristão, eram territórios militarizados, com base em castelos e cidades muradas, mas onde a fixação de populações era difícil, pela exposição constante a ataques e razias. Os monarcas esforçavam-se por colonizar estes espaços, concedendo forais e aforamentos com condições vantajosas para os povoadores, destacando-se a leveza da carga fiscal. Os soberanos muçulmanos fortificavam-se nas cidades mais recuadas do sul ibérico e defendiam as comunidades rurais e mineiras, organizando-as em alcarias, fortificadas ou não, com um castelo rural, designado por hîsn, que dava o nome ao distrito e funcionava, em simultâneo, como refúgio das populações e como representação do poder central<sup>12</sup>.

Do lado cristão, a mobilidade social era bastante comum, a ponto de um peão, que aprendesse a montar a cavalo e combater com uma lança, poder atingir o estatuto de cavaleiro, extensivo à família e hereditário, desde que o filho continuasse a pegar em armas<sup>13</sup>. Do lado andaluz, como a guerra não era motivo de hierarquização ou ascensão social, os muçulmanos estavam dependentes do socorro de exércitos mobilizados nas cidades, de reforços provenientes do Norte de África, de mercenários e de pactos estabelecidos com os reinos do Norte, muitas vezes em troca de vassalagem e do pagamento de párias, um imposto iniciado com Afonso VI de Leão, através do qual os soberanos e governadores muçulmanos compravam a paz com os cristãos<sup>14</sup>.

Nas décadas de 1160 e 1170, os almóadas esforçavam-se por controlar o al-Andalus, desafiados constantemente no Levante por Ibn Mardanish (o “rei Lobo”), até à morte deste, em 1172 e também por um conjunto de governadores locais rebeldes, a ocidente, entre os quais Abd Allah b. Ubayd Allah, governador independente de Tavira, até 1167<sup>15</sup>, e Ibrahim b. Hamushk, que sublevou Jaén e Granada, até 1169. Tendo de lidar com todas estas ameaças, os recursos militares do Império Almóada não eram suficientes para controlar as periferias, constituindo esta a principal razão - julgamos - que justifica a liberdade de ação de que Geraldo e do seu bando beneficiaram.

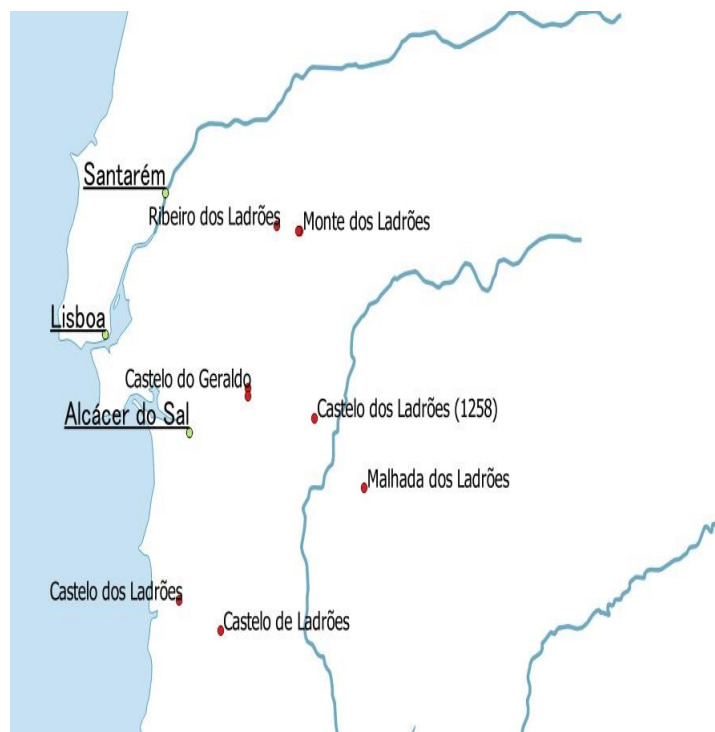
Badajoz constituía-se, depois da conquista de Santarém e Lisboa em 1147, como a principal cidade entre o Tejo e Sevilha. Idrisi menciona-a inserida na província de Alcácer do Sal, que incluía também Évora, Jerez, Mérida, Alcântara e Cória<sup>16</sup>. Com uma população estimada de 20 000 habitantes<sup>17</sup>, defendia uma importante travessia do Guadiana<sup>18</sup>. Cidade notável, estava a quatro dias de marcha de Santarém, a seis de Sevilha e a sete de Córdova<sup>19</sup>. Situada na planície, tinha tido uma muralha inicial, do século IX<sup>20</sup>, construída em taipa. Mas depois de 1030 e da queda do califado de Córdova, foi ampliada e fortalecida com muralhas de cal viva e pedra de cantaria<sup>21</sup>. Na década de 1140, foi

frequentemente assolada pelos ataques das milícias cristãs de Salamanca e de Ávila<sup>22</sup>. Controlada pelos almóadas, desde 1150, era uma cidade isolada, mas como já tivemos ocasião de assinalar, fundamental.

Geraldo foi o único que teve dimensão suficiente para surgir como figura central em passagens de diferentes fontes, mas os grupos de guerreiros de fronteira, com elevado grau de autonomia em relação aos poderes centrais, eram frequentes.

Estes bandos tinham como objetivos mais apetecidos os rebanhos, as explorações mineiras e metalúrgicas e os cativos, que trocavam por resgate ou convertiam em escravos. Podemos intuir a sua presença e proliferação pelas sanções que as cartas de foral abstratamente destinam aos ladrões de gado e aos malfeitores das populações<sup>23</sup>. E também verificá-la pela toponímia.

Como assinalou Armando de Sousa Pereira, na sua extraordinária biografia de Geraldo, a toponímia do sul do Tejo é expressiva quanto à atividade que assolou a região, na época em que os nomes cristalizaram<sup>24</sup>. Ainda que não possamos atribuir diretamente nenhum topónimo a Geraldo e ao seu grupo, a geografia das ocorrências remete, pelo menos do lado português, para a faixa de fronteira onde o modo de vida era o latrocínio. A maioria dos lugares situa-se em elevações que propiciam a defesa e permitem boa visibilidade sobre o território circundante, sendo que a mais antiga mencionada em documentação corresponde ao Castelo Velho do Degebe, também conhecido como Castelo dos Ladrões, num documento de 1258<sup>25</sup>.



Mapa 2 - Microtopónimos relacionados com Geraldo ou com ladrões.

Mapa do autor com base em documentação medieval e no índice toponímico do Centro de Informação

## ***O terreno***

Identificamos a faixa de atuação de Geraldo pelas fontes. Com extremo a ocidente, no eixo Évora-Beja, e a oriente, no eixo Monfragüe-Trujillo, aquilo que hoje designaríamos por área de operações abrange mais de 15 mil quilómetros quadrados, com a distância de Beja a Monfragüe a rondar os 300 quilómetros. Estas distâncias não surpreendem, uma vez que o deslocamento a cavalo permitia fazer médias de 40 a 50 km por dia. Trata-se de uma região predominantemente plana, em que quaisquer elevações permitem boa observação e, por conseguinte, controlo do terreno. Embora os deslocamentos não fossem limitados por uma orografia exigente, havia outros fatores condicionantes que importa referir.

Em primeiro lugar, a necessidade de água e de pasto, quer para cavalos quer para rebanhos que fossem produto de saque. Quanto ao pasto, os estudos botânicos revelam-nos que, no Alentejo, o período mais fértil do ano corresponde ao final de abril e início de maio, altura em que uma área equivalente a um campo de futebol é suficiente para fornecer erva nutritiva para 50 cavalos. Em junho, seriam necessários cinco hectares para os mesmos cavalos e nos meses de verão, encontrar erva nutritiva é praticamente impossível<sup>26</sup>.

Em relação à necessidade de água, um bom cavalo pode consumir 30 a 40 litros de água por dia, volume que só é compatível com acampamentos junto a cursos de água. Não é por acaso que na toponímia árabe predominam lugares com radical “*wadi*”, que em português se converteu em “Odi”, como em “Odemira ou Odelouca” e também em “Guadi”, como em “Guadiana”. O homem medieval, sem recurso a mapas, necessitava de referências toponímicas e deslocando-se em direção a um “*wadi*” sabia que ia encontrar água em abundância.

Há ainda um terceiro aspeto do terreno, no século XII, que nos parece de especial importância para enquadrar o ambiente de atuação de Geraldo. A vegetação. Antes da criação da Mesta, em 1273, o território que estudamos seria bastante mais arborizado, com bosques de sobreiro, azinheira e carrasco<sup>27</sup>. Nessas áreas seria possível a ocultação dos grupos de bandidos, quer para permanências de curta duração quer para o desencadeamento de emboscadas.

Em resumo, as possibilidades do espaço apontam para bandos que encontravam refúgio no topo de elevações, por vezes aproveitando redutos defensivos muito antigos, em assentamentos pré-romanos, que as populações se habituaram a designar por castros e até por castelos. Para operações, não podiam constituir grupos muito numerosos, especialmente em alturas do ano menos férteis. Um grupo superior à centena de cavaleiros necessitaria de uma área muito vasta para bivacar e essa dispersão correspondia a um risco grande de segurança. Os deslocamentos tinham de ser



planeados, de modo que o fim da jornada coincidissem com um local que oferecesse água, pasto e boas possibilidades de defesa.

Os objetivos mais comuns eram explorações rurais, que ofereciam reduzida resistência e propiciavam gado, escravos e algumas alfaias como botim. Mas o caso de Geraldo é diferente e a principal razão da excepcional menção que as fontes lhe reservaram é o facto de ter escolhido fortalezas como objetivos. Para as operações que desencadeava, a vegetação e a escuridão deviam desempenhar um papel crucial, uma vez que os castelos detinham bons campos de visão sobre a planície, pelo que os deslocamentos de aproximação deviam aproveitar a noite e as áreas arborizadas. Na véspera do assalto, cuja eficácia dependia da velocidade de execução, era importante que o grupo permanecesse escondido nas proximidades do objetivo até que anoitcesse. Para que isto fosse possível, era fundamental a abundância de bosques.

## ***O modus operandi de Geraldo através das fontes***

Tudo o que assinalámos até este ponto é absolutamente compatível com as descrições vívidas que as fontes - especialmente as muçulmanas - nos apresentam do *modus operandi* de Geraldo e do seu bando, cuja liberdade de movimentos na região, durante tanto tempo, é impressionante. Ibn Sahib al-Salah é de tal modo garrido na sua descrição que podemos observar o caudillo e a sua mesnada como num quadro cinematográfico:

«O cão caminhava em noites chuvosas e muito escuras, de forte vento e neve, até às cidades e tinha preparado os seus instrumentos de escadas de madeira muito longas, que sobrepassassem os muros da cidade. Aplicava aquelas escadas ao costado da torre e subia por elas em pessoa, à frente dos seus, apanhava a sentinela e dizia-lhe (na língua muçulmana): “grita como tens por hábito”, para que as gentes não se apercebessem. Quando se completava a subida de todo o seu miserável grupo ao topo do muro, gritavam na sua língua com um grande alarido execrável, entravam na cidade, combatiam e roubavam todos os que encontravam e capturavam todos os que nela habitavam, prisioneiros»<sup>28</sup>.

Esta passagem do *Al-mann bil-Imama*, “O caminho do Imamato”, é muito rica em informação. Começa por apresentar as condições de aproximação aos objetivos, de noite, com chuva e neve, o que sugere operações nos meses de Inverno e em momentos em que as guarnições não esperavam ser atacadas. Também refere que o bando trazia escadas preparadas, o que aponta para um planeamento cuidadoso e conhecimento, quer da arquitetura das muralhas quer do melhor local para as atacar.

A referência à interação de Geraldo com a sentinela na sua própria língua, combinada com a permanente designação como “traidor galego” tem inclinado os investigadores para a hipótese de o caudillo ter sido feito escravo na sua infância e ter permanecido alguns anos entre os muçulmanos. “Galego”, ou seja, proveniente do mundo cristão e “traidor”, por ter renegado os que lhe deram guarida e sustento durante parte da vida.

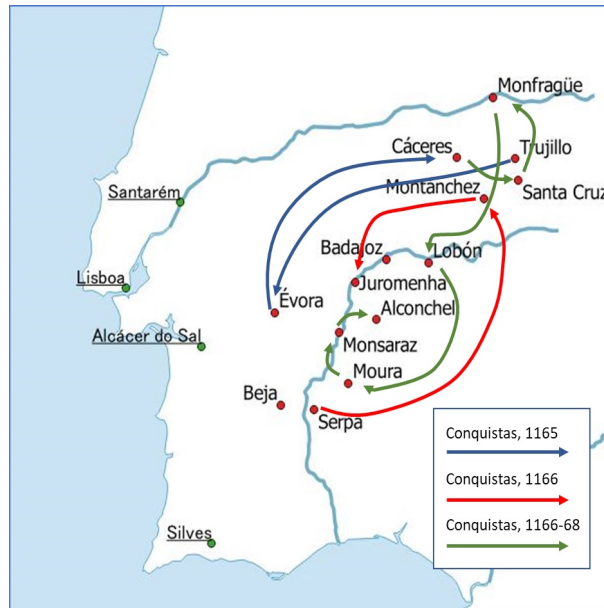
Todo o resto do texto revela o desprezo pela violência das ações contra as gentes, apanhadas de surpresa.

Cruzando a informação de Ibn-Sahib al-Salah com outra documentação disponível, podemos traçar, com alguma segurança, o percurso de Geraldo entre 1165 e 1175. A primeira menção às suas operações é a conquista de Trujillo, em 16 de abril de 1165. Não terá ali permanecido por muito tempo, porque, em setembro ou outubro do mesmo ano, tomou a cidade de Évora, tendo-a “vendido” aos cristãos. Com efeito, desde essa data, o rei de Portugal reclamou a posse da cidade, tendo-lhe outorgado foral imediatamente<sup>29</sup>, inspirado no modelo de Ávila, escolha normativa que não parece ter sido coincidência: Évora passou imediatamente a ter uma milícia numerosa e muito ativa, à semelhança do que ocorria com Ávila onde, pela mesma altura, se conhecia a atuação do famoso Sancho Jimeno, *O Corcunda*, que James Powers compara a Geraldo<sup>30</sup>. A possível relação direta entre a atuação da milícia cristã eborense e o *Sem Pavor* é desconhecida, mas certamente que a sua atuação favorecia as atividades e objetivos do caudilho.

Em dezembro de 1165, Geraldo tomou Cáceres, pelo mesmo processo furtivo. Em março e abril de 1166, tomou Serpa, Montánchez e Juromenha, onde permaneceu muito tempo, fazendo deste último local a sua base de ataque sobre Badajoz. Dali raziava as redondezas da cidade e interceptava as colunas de abastecimentos que provinham de Sevilha. Entre 1167 e 1168, apoderou-se de Santa Cruz e Monfragüe e também Moura e Monsaraz<sup>31</sup>.

Em finais de 1168, a pressão do caudilho sobre Badajoz era de tal ordem que o Califa proclamou a *Jihad* e enviou um exército para socorrer a cidade. Em maio de 1169, os homens de Geraldo conseguiram apoderar-se das muralhas exteriores e a guarnição militar muçulmana refugiou-se na alcáçova. Nesse momento, Afonso Henriques surgiu com a sua hoste, para forçar a capitulação, enquanto Fernando II de Leão, vindo em socorro dos almóadas, interceptou o rei português<sup>32</sup>. Na fuga, Afonso de Portugal ficou gravemente ferido, foi feito prisioneiro pelo sobrinho leonês e libertado dois ou três meses depois, ficando incapacitado de montar a cavalo para o resto da vida. Badajoz permaneceu em mãos muçulmanas e Geraldo, igualmente capturado, terá conseguido a liberdade em troca dos castelos de Montánchez, Santa Cruz, Trujillo e Monfragüe.





Mapa do autor

Mapa 3 - Sequência das conquistas de Geraldo, 1165-1168.

É partir desta altura que temos notícia dos mais avultados golpes de Geraldo. Entre o verão de 1169 e 1173, não cessarão as pilhagens e ataques em torno da cidade, privando-a de abastecimentos. Em maio de 1170, capturou uma caravana de abastecimentos proveniente de Sevilha, com cerca de 5000 azêmolas, tendo derrotado a força que a protegia. No mesmo ano tentou, de novo, um assalto à cidade, desta vez coordenado com o Infante Sancho de Portugal, tendo provocado nova intervenção de Fernando II, ao lado dos muçulmanos.

Outro exército de socorro almóada, chegado à região no final de 1170, veio dificultar a vida ao bando de Geraldo, ao reapoderar-se do castelo de Juromenha, colocando a guarnição rebelde em fuga. Talvez a base de operações alternativa escolhida pelo caudilho tenha sido o castelo de Lobón. A contribuir para esta ideia temos notícia de que, em novembro de 1171, os almóadas capturaram os companheiros de Geraldo naquele castelo, depois de no mês anterior o bando ter desferido novo golpe sobre uma caravana de 4000 mulas que se dirigia para Badajoz.

Privado de bases de operações a leste do Guadiana, em agosto de 1172 apoderou-se de Beja, num ataque noturno, que resolveu em poucas horas e que permitiu que, no ano seguinte, o Infante Sancho passasse a operar a partir daquela cidade. Mas, em julho de 1173, o rei português assinou um período de tréguas de cinco anos com os almóadas e o infante mandou evacuar e destruir a cidade de Beja, privando Geraldo da sua base e retirando-lhe o apoio régio português.

Talvez tenha sido esta razão que levou Geraldo a oferecer os seus serviços ao Califa.

Incorporado nas hostes almóadas, acompanhou o governador de Badajoz numa cavalgada sobre Ciudad Rodrigo e é também possível que tenha participado nas campanhas de 1174, em que os almóadas tomaram Cáceres, Albuquerque e Alcántara. Quando o Califa regressou a Marraquexe, levou consigo Geraldo e os seus 350 guerreiros. Mas não sobreviveu ali muito tempo. Alegada a sua traição, verdadeira ou não, foi condenado à morte em maio de 1175.

## ***Notas finais***

Geraldo esteve no centro da atividade militar no Ocidente Peninsular entre o Tejo e o Guadiana, de 1165 a 1173. Os autores muçulmanos ligaram a sua atuação ao rei português e aos cavaleiros de Santarém. Os autores cristãos preferiram mencioná-lo como alguém que atuava em autonomia, relacionando-se com o rei muito pontualmente, como no caso de Évora<sup>33</sup>. Sobre o infortúnio de Badajoz, as referências cristãs são muito esquivas, mencionando somente a presença de Afonso Henriques e da sua hoste<sup>34</sup>. É também possível, mas difícil de comprovar, que algumas conquistas atribuídas ao rei de Portugal nos Anais de Santa Cruz, como são o caso de Coruche, Moura e Alconchel, em 1165, tenham sido, na realidade, conquistas de Geraldo<sup>35</sup>.

Depois de atingida a linha do Tejo pelo rei português, com as conquistas de Santarém e Lisboa, em 1147, e a ocupação de Abrantes, as incursões cristãs a sul do rio, frequentemente de origem municipal, multiplicaram-se. As fontes muçulmanas referem-se insistentemente aos autores destas operações como “cavaleiros de Santarém”, mas esta referência deve englobar todas as milícias que provinham do norte do Tejo, uma vez que era na região de Santarém que se encontravam os vaus e que, para o observador muçulmano, aquela cidade era a origem dos ataques. Sabemos que, em 1163, as forças cristãs que fizeram de Beja base para algaras em toda a região, durante quatro meses, e depois partiram, incendiando e destruindo a cidade<sup>36</sup>, eram, na realidade, provenientes de Coimbra. Considerando a frequência das incursões cristãs e o dilatado período em que se manteve em operações, é natural que Geraldo operasse, pontualmente, de forma coordenada com outros grupos que efetuavam cavalgadas na região e também com o próprio rei de Portugal, interessado em controlar aquele território.

É impressionante a quantidade de castelos que o caudilho tomou e a incapacidade muçulmana de pôr cobro rápido à situação. À exceção de Badajoz, cuja arquitetura defensiva e dimensão não permitiam um assalto furtivo, não há vestígios de cercos a outros castelos. Também Afonso Henriques recorreu a técnicas similares, com destaque para a tomada furtiva de Santarém, em 1147. Tratava-se de uma solução viável para quem não dispunha nem de recursos humanos suficientes nem de máquinas de assédio, como foi o caso do rei português durante todo o seu reinado. Dele, conhece-se somente um assédio de fonte segura: o de Lisboa, em 1147, e este só foi possível porque foi conduzido maioritariamente pelos francos da Segunda Cruzada.

É natural que os métodos “não convencionais” fossem mais aceitáveis se executados por

alguém como Geraldo do que por um monarca, mas isso não significa que o rei a eles não recorresse. Bem pelo contrário, a soma das conquistas régias, conjugada com a quase completa ausência de registo de operações de cerco, a que se junta o relato medieval da conquista de Santarém, sugerem que estes métodos eram comuns no caso da hoste régia, embora a sua ausência nas fontes nos sugira que, pelo menos para os letrados cristãos e muçulmanos da segunda metade do século XII, não seriam tão aceitáveis ou dignos como as ações de confronto direto, essas sim, verdadeiramente reveladoras do favor de Deus.

Interessa, também, apontar outra particularidade da atuação de Geraldo. Dotado de uma capacidade invulgar de leitura do território, do conhecimento do idioma e dos hábitos muçulmanos e, certamente, de grande carisma e dotes de liderança, as suas conquistas não são sequenciais. Olhando para um mapa, o que salta à vista é a distância e descontinuidade entre as fortalezas conquistadas. Por um lado, está em evidência a própria visão estratégica do caudilho: parte da surpresa reside na aleatoriedade. Mas, por outro lado, verifica-se que no centro de todas estas operações está um objetivo, que lhe consumiu boa parte dos esforços, sem nunca o obter: a conquista de Badajoz através de uma estratégia de aproximação indireta.

É bem possível que o móbil de Geraldo fosse a construção de um senhorio pessoal. O seu percurso político e militar encontra, aos olhos de hoje, paralelismo em Rodrigo Díaz de Vivar, o Cid. Como Rodrigo, em Valência, Geraldo ambicionou um senhorio pessoal, de base territorial, num espaço de fronteira. Não teve sucesso, mas se o tivesse conseguido, é natural que fosse ligado à Coroa Portuguesa, a avaliar pela forma como cedeu Évora ao rei e como foi Afonso Henriques que veio tentar completar a tarefa que Geraldo tinha iniciado em Badajoz, em 1169.

Considerando a conjuntura em questão, as operações do Sem Pavor não parecem tão “irregulares”. Certamente que não era o único a recorrer a ardis para se apoderar de fortalezas e a mover uma guerra de flagelação, desgaste e rapina aos seus inimigos, embora, pela dimensão dos seus feitos, pela capacidade de ser interlocutor com monarcas, pela longevidade e pelo terror inspirado, se tenha salientado nas fontes. Afinal, as operações conduzidas pelo guerreiro em causa, à cabeça das suas gentes de fronteira, eram as únicas possíveis no território e nos contextos político, social e militar daquela década específica. Geraldo foi o chefe militar que cumpriu esse papel.

---

<sup>1</sup> Cujas fontes publicadas que utilizámos foram a “Chronica Gothorum”, *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*, Vol. I, Fasc I, Lisboa: Academia das Ciências, 1856, pp. 14-17; e os *Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, ed. Monika Blöcker-Walter. Zurique: 1966, pp. 151-161.

<sup>2</sup> “Vita Tellowis Archidiaconi”, *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptores*, Vol. I,

Fasc I, Lisboa: Academia das Ciências, 1856, pp. 62-78.

[3](#) *Chronica Latina Regum Castellae*, ed. Luis Charlo Brea, *Chronica Hispana saeculi XIII*, Turnhout, 1997, pp. 33-118.

[4](#) IBN SAHIB AL-SALAH. *Al-Mann Bil-Imama*, estudo preliminar, trad. e índices por Ambrosio Huici Miranda. Valencia: Anubar, 1969.

[5](#) ABU BAKR B. ALI AL-BAIDAQ, *Kitab ajbar al-Mahdi Ibn Tumart wa-btida dawlat al-muwahhidin*, ed. e trad. E. Lévi-Provençal, *Documents inédits d'histoire almohade*, Paris: 1928, pp. 75-224.

[6](#) IBN IDARI AL-MARRAKUSHI. *Al-Bayan al-Mugrib*, trad. Ambrósio Huici Miranda, *Nuevos fragmentos Almorávides y Almohades*. Valencia: Textos Medievales, 1963.

[7](#) AL-HIMYARI. *Kitab Ar-Rawd Al-Mi'tar*, trad. María Pilar Maestro Gonzalez. Valencia: Gráficas Bautista, 1953.

[8](#) Esta proximidade ao Império Almóada é surpreendente, a ponto de, em 1196, Afonso IX se ter transformado em tributário dos almóadas contra Castela e o Papa ter decretado uma cruzada contra ele, por se entender com os muçulmanos.

[9](#) *Annales Domni Alfonsi*, p.158; *Chronica Gothorum*, p. 15.

[10](#)A tradição deste espaço como fronteira é longa. Entre os séculos IX e XI, foi na Mérida muçulmana que tiveram origem inúmeras revoltas contra o poder central muçulmano, encabeçadas por caudilhos berberes que se aliavam, frequentemente, aos poderes cristãos. A fundação da cidade de Badajoz deve-se a uma dessas dissidências, de Ibn Marwan al-Jilliqi, entre 868 e 888, que se aliou aos poderes cristãos do Norte. Depois de duas décadas de guerra contra o califado Omíada, Ibn Marwan, reconciliado com Córdova, fez de Badajoz o seu centro de governação, investido de plenos poderes como emir.

[11](#)*Concilium Lateranum III, documenta omnia*, cânone XXIV, 1179.

[12](#)MARTÍN CIVANTOS, José María. “Del distrito castral al la alquería: las fortificaciones andalusíes en el Sureste de la Península Ibérica (Granada-Almería)”, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal

de Palmela, 2013, p. 135.

[13](#) Os livros de linhagens do século XIV designam esta vivência como “carreira de fronteira”, como sinónimo de ascensão social.

[14](#) PORRINAS, David. “Reconquista” y operaciones militares en los siglos centrales de la Edad Media en Extremadura, B. Franco Moreno, M. Alba, & S. Feijoo, *La Marca Inferior de al-Andalus. I-II Jornadas de Arqueología e Historia Medieval*. Mérida: Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artís, 2011, pp. 297-298.

[15](#) IBN IDARI, pp. 313-314.

[16](#) IDRISI, pp. 257-258.

[17](#) REILLY, Bernard F. Cristãos e Muçulmanos: a luta pela Península Ibérica. Lisboa: Teorema, 1996, p. 26.

[18](#) LOMAX, Derek. *La Reconquista*. Barcelona: Crítica, 1984, p. 126.

[19](#) IDRISI, p. 264.

[20](#) Mandada construir por Ibn Marwan, aquando da sua dissidência.

[21](#) AL-HIMYARI, pp. 98-99.

[22](#) *A Chronica Adefonsi Imperatoris* expõe como toda a região foi fustigada e incendiada pelos cavaleiros de Salamanca: “*Vayamos también nosotros al territorio de Badajoz, consigamos también nosotros un gran prestigio e no cedamos el prestigio de nuestra gloria a ningún jefe militar o caudillo*”. *Y tras reunir un gran ejército, tomaron el camino que conduce a Badajoz, devastaron toda aquella región y consiguieron enormes destrozos e incendios, una gran cantidad de prisioneros entre hombres, mujeres y niños, todo el ajuar de las casas y riquezas de oro y plata en abundancia. Además, se apoderaron de grandes riquezas, caballos y mulos, camellos y asnos, bueyes y toda clase de animales del campo*” (*Crónica del Emperador Alfonso VII*, intr., trad., notas e índices de Maurílio Perez Gonzalez, 2ª Ed. revisada. León: Universidad de León, 2015, pp. 103-104).

[23](#) O *modus operandi* de Geraldo tem similitudes com a atuação dos almogávares que

encontram referências explícitas em fontes portuguesas do século XIII. Mas como são relatos tardios em relação à cronologia que estudamos, não podemos ter a certeza se bandos como o de Geraldo eram designados como almogávares no espaço português ou se se trata de uma contaminação dos autores, devido à similitude na forma de guerrear.

[24](#)Há documentação de 1421, do concelho de Évora, que faz referência ao topónimo “Castelo de Geraldo” (PEREIRA, Armando de Sousa. *Geraldo Sem Pavor*. Porto: Fronteira do Caos, 2008, p. 16).

[25](#)Uma doação de propriedade feita pelo concelho de Évora a João Peres Aboim, senhor de Portel (idem, p. 17).

[26](#)SERRANO, Joaquim Efe. *Pastagens do Alentejo. Bases técnicas sobre caracterização, pastoreio e melhoramento*. Évora: Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas, 2006, pp. 46-48.

[27](#)Uma paisagem que ainda mantinha essas características um século depois (*História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Chancelarias Reais*, vol. I (1208-1438), ed. C.M. Baeta Neves, Maria Teresa Barbosa Acabado, e Maria Luísa Esteves. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas/ Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980, documento 3, pp. 25-26, de 1255, abril, 1). Sobre os efeitos da Mesta, associação de criadores de gado fomentada por Afonso X, o Sábio, veja-se RODRÍGUEZ-PICAVEA, Enrique. “La ganadería en la Castilla Medieval”, *Medievalismo*, ano 8, nº 8. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1998, p. 115.

[28](#)IBN SAHIB AL-SALAH, 1969, pp. 137-138.

[29](#)*Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, vol. I, Fasc. III. Lisboa: Academia das Ciências, 1863, pp. 392-394 de 1166, abril, 28.

[30](#)MARTINS, Miguel Gomes. *Guerreiros Medievais Portugueses: de Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 38.

[31](#)Idem, pp. 38-39.

[32](#)BRANCO, Maria João Violante. *D. Sancho I. O filho do Fundador*. Rio de Mouro:



Círculo de Leitores, 2006, p. 57. Ibn Sahib al-Salah afirma que Geraldo estava sancionado por D. Afonso Henriques, que este o designara para “atraiçoar as cidades e os castelos” (Op. Cit., p. 137).

[33](#)*Annales Domni Alfonsi*, p. 158.

[34](#)Idem.

[35](#)*Chronica Gothorum*, p. 14.

[36](#)*Annales Domni Alfonsi*, p.158; *Chronica Gothorum*, pp. 14 e seguintes.